

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR



ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Administração: organizações públicas, privadas e do terceiro setor

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A238	<p>Administração: organizações públicas, privadas e do terceiro setor / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0941-0 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.410231801</p> <p>1. Administração. 2. Administração pública. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 658</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A evolução do pensamento administrativo tem sido construída com base em contribuições que se estabeleceram, tanto, no contexto empírico do dia-a-dia das organizações, quanto, na construção epistemológica dos estudos acadêmicos, consolidando assim uma série de conceitos, modelos e teorias para a aplicação na gestão pública, primeiro setor, na gestão privada, segundo setor, e, na gestão de associações sem fins lucrativos, terceiro setor.

Partindo desta contextualização, o objetivo deste livro é explícito em seu título, “Administração: Organizações Públicas, Privadas e do Terceiro Setor”, justamente ao apresentar uma agenda de estudos plural que é fundamentada pela apreensão das agendas administrativas no Brasil a partir de estudos de caso que permitem comparativamente a troca de experiências entre um conjunto diversificado de pesquisadores oriundos de diferentes estados do país.

O trabalho realizado pelos profissionais envolvidos neste livro somente foi possível em razão do trabalho coletivo arquitetado de modo colaborativo a várias mãos por pesquisadores com diferentes *expertises* profissionais e formações acadêmicas, oriundos de distintas instituições públicas e privadas de ensino superior, os quais compartilham o comum interesse pela construção epistemológica do pensamento administrativo, conciliando teoria e empiria.

Estruturado em doze capítulos que se fundamentam na pluralidade teórica e metodológica do pensamento, esta obra de coletânea apresenta o ecletismo como paradigma teórico e o teórico-dedutivo como método, utilizando-se de revisão bibliográfica e documental e revisão integrativa como procedimentos de levantamento de dados, bem como hermenêutica administrativa como procedimento principal na interpretação e análise de dados.

Ao combinar análise e reflexão, teoria e empiria, o livro propicia um momento ímpar para o compartilhamento de informações e o desenvolvimento de novas aprendizagens, atendendo assim ao interesse de um amplo público leitor, composto, tanto por leigos no campo de Administração, quanto por acadêmicos, especialistas ou atores políticos, justamente ao conciliar teoria e prática a partir de uma didática abordagem sobre fatos relevantes na atualidade.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

CAPÍTULO 1 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

Weider Silva Pinheiro

Elcivan Bezerra Miranda

Jhonata Jankowitsch Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318011>**CAPÍTULO 2 11**


A PANDEMIA DA COVID-19 O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS E OS DESAFIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE

Jairo da Luz Oliveira

Sheila Kocourek

Tainara Corin da Silveira

Thaline Rosa dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318012>**CAPÍTULO 322**

PRÁTICAS DOS(AS) GESTORES(AS) ESCOLARES NA ESCOLA PÚBLICA: FORMAÇÃO INICIAL DOS LICENCIANDOS(AS) EM PEDAGOGIA


José Carlos Martins Cardoso

Jorge Antônio Lima de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318013>**CAPÍTULO 432**


PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS EMPRESAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA SUA ADOÇÃO E PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS NAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

Alexandre Alcântara Schmidt


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318014>**CAPÍTULO 5 71**







A CORRUPÇÃO EM EVIDÊNCIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NOS ESTRATOS SUPERIORES DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS COM FOCO EM GESTÃO E ÁREAS AFINS

Marcos Eustáquio Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318015>**CAPÍTULO 692**AVALIAÇÃO *EX-POST* COMO INSTRUMENTO DE PERFORMANCE MUNICIPAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A FRAGMENTAÇÃO ENTRE O PLANEJADO E O EFETIVO RESULTADO DA EXPERIÊNCIA DE UM EXTINTO PROGRAMA HABITACIONAL

Carlos Alberto Bispo Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318016>

CAPÍTULO 7	110
ANÁLISE DE NEGÓCIOS: FERRAMENTAS E TÉCNICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MUDANÇAS PARA O SUCESSO ORGANIZACIONAL	
Mário Sérgio Corsini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318017	
CAPÍTULO 8	118
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS	
Regina Nogueira da Silva Neiverth	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318018	
CAPÍTULO 9	130
LIDERANÇA E COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR FRENTE AO MUNDO BANI	
Jorge Luiz Cabral Nunes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318019	
CAPÍTULO 10.....	137
O TURISMO SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM RIBEIRÃO DA ILHA (FLORIANÓPOLIS/SC)	
Luís Carlos Enzweiler	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41023180110	
CAPÍTULO 11	158
ORGANIZATIONAL IDENTITY IN FAITH-BASED ORGANIZATIONS: A CASE STUDY	
Lorena Martínez Soto	
Alejandra Elizabeth Urbiola Solís	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41023180111	
CAPÍTULO 12.....	170
NOÇÕES DE DIREITO PRIVADO PARA O CIDADÃO	
Maristela Franchetti de Paula	
Ademir Juracy Fanfa Ribas	
Marcio Alexandre Facini	
Ari Schawns	
Valéria Wisniewski Padilha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41023180112	
SOBRE O ORGANIZADOR	179
ÍNDICE REMISSIVO	180

O TURISMO SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM RIBEIRÃO DA ILHA (FLORIANÓPOLIS/SC)

Data de aceite: 02/01/2023

Luís Carlos Enzweiler

Administrador concursado do Estado de SC e atualmente servindo a UDESC/FAED na Direção de Administração. Mestre em Gestão de Políticas Públicas

RESUMO: O turismo faz parte de uma indústria considerada limpa, geradora de empregos e não poluente. Além disso, é uma atividade que vai além dos aspectos econômicos e desenvolve aspectos socioculturais muito importantes. Assim, a cultura é um fator essencial da prática e da reflexão sobre o turismo e um dos fatores principais para a sustentabilidade de locais turísticos. O objetivo deste trabalho é, pois, analisar como as teorias de sustentabilidade podem contribuir para fomentar o turismo socialmente sustentável para localidades singulares como Ribeirão da Ilha, no município de Florianópolis/SC. Para tanto, a metodologia utilizada para elaborar esta pesquisa foi por meio de estudo de caso, dividida em quatro partes: a primeira parte teve por objetivo elaborar um levantamento bibliográfico sobre o turismo e sua relação com a cultura e também sobre a história do Ribeirão da Ilha, assim como sobre a

sustentabilidade dos destinos turísticos; a segunda parte foi construída com uma breve contextualização do bairro e de seus aspectos econômicos e turísticos; já na terceira parte do estudo foi realizada uma pesquisa com moradores locais, principalmente os da freguesia (centro do bairro), para se conhecer as concepções da população residente no local sobre as potencialidades e desafios para o desenvolvimento do turismo em Ribeirão da Ilha; e para encerrar, na quarta parte foi elaborado uma análise da sustentabilidade turística do local e proposto ações para o seu desenvolvimento. Assim, como principais resultados advindos da pesquisa, observou-se que para promover o turismo socialmente sustentável no Ribeirão da Ilha necessita-se acompanhar e desenvolver, por parte do estado, sociedade civil e iniciativa privada, uma série de fatores que darão sustentação ao turismo e que estejam ligados à conservação ambiental, equidade social e eficiência econômica, gerando conforto e satisfação não somente aos turistas, mas também aos residentes do local.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo e Cultura; Sustentabilidade; Ribeirão da Ilha.

1 | INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica que como qualquer outra procura o lucro para poder continuar investindo e gerar desenvolvimento. Mas, muitas vezes, o sucesso do destino e, conseqüentemente, do negócio turístico, vai se esvaindo com o passar do tempo. Isso acontece porque a atratividade do destino perde força por motivos que vão desde problemas estruturais, como vias congestionadas, saneamento básico deficitário e vão até a falta de qualificação profissional de gestores e funcionários e a má conservação do patrimônio cultural material e imaterial. E quando o patrimônio cultural material e imaterial não é valorizado, o destino perde força em seu posicionamento no mercado turístico e conseqüentemente perde competitividade. Logicamente que os problemas estruturais também colaboram para a derrocada, mas a força que o patrimônio cultural exerce na atratividade às vezes compensa a falta de uma estrutura mais adequada.

Nesta perspectiva, a sustentação do destino, assim como dos negócios ali inseridos, depende de fatores diversos como o número de turistas que o visitam, as receitas geradas pela atividade turística, o lucro retido no destino, a conservação ambiental e patrimonial e a satisfação do turista. Mas quanto à satisfação dos residentes do local explorado turisticamente até bem pouco tempo não se questionava. E a satisfação deste morador, tendo ele usufruto direto ou não da atividade turística no local onde reside, faz também parte da evolução do estudo da sustentabilidade, o chamado turismo socialmente sustentável, onde todos os envolvidos, direta ou indiretamente, ganham com o desenvolvimento da atividade turística em um determinado local. Mas para isso será necessário conhecer os fatores que determinam a sustentabilidade de uma determinada localidade.

Assim, procura-se com este trabalho, após pesquisa para conhecer os fatores que medem o grau da sustentabilidade de um destino turístico, elaborar um estudo de caso na localidade de Ribeirão da Ilha, um local bucólico e repleto de rica história, na Ilha de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, para analisar como o turismo é por lá praticado em relação a estes mesmos fatores da sustentabilidade turística.

Neste sentido, a pergunta que este trabalho se propõe é com o intuito de saber se o turismo é socialmente sustentável na localidade de Ribeirão da Ilha.

Assim, a contribuição que esta pesquisa poderá trazer é no sentido de, além de se conhecer os fatores que determinam a sustentabilidade turística de um determinado destino, analisar como esses fatores são praticados na localidade foco do estudo.

1.1 Objetivos

Sendo assim, serão apresentados, a seguir, os objetivos desta pesquisa, a saber:
Objetivo geral:

- Elaborar um estudo de caso sobre a sustentabilidade turística na localidade de Ribeirão da Ilha, na cidade de Florianópolis/SC.

Objetivos específicos:

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre turismo e suas relações com a cultura e sobre a história do Ribeirão da Ilha, assim como também sobre a sustentabilidade dos destinos turísticos;
- Fazer uma breve contextualização do bairro e de seus aspectos econômicos e turísticos;
- Pesquisar e compilar os resultados das concepções da população residente no local sobre as potencialidades e desafios para o desenvolvimento do turismo em Ribeirão da Ilha; e
- Analisar a sustentabilidade turística do local e propor ações para o seu desenvolvimento.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia utilizada para elaborar esta pesquisa foi por meio de estudo de caso, dividida em quatro partes: a primeira parte teve por objetivo elaborar um levantamento bibliográfico sobre o turismo e sua relação com a cultura e também sobre a história do Ribeirão da Ilha, assim como sobre a sustentabilidade dos destinos turísticos; a segunda parte foi construída com uma breve contextualização do bairro e de seus aspectos econômicos e turísticos; já na terceira parte do estudo coube a elaboração de uma análise empírica localizada, por meio de entrevistas, objetivando colher respostas qualitativas dos moradores da freguesia (centro do bairro), a respeito de suas concepções sobre as potencialidades e desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável no Ribeirão da Ilha; e para encerrar, na quarta parte foi elaborado uma análise da sustentabilidade turística do local e proposto ações para o seu desenvolvimento.

Assim, foram realizadas entrevistas com seis moradores que residem por muito tempo na localidade pesquisada.

A análise empírica foi qualitativa, pois pretendeu colher, através de entrevistas, informações e percepções dos moradores da localidade de Ribeirão da Ilha. Estas entrevistas foram pouco estruturadas e realizadas por meio de um roteiro, com perguntas abertas.

Através da observação no local, foram registrados materiais visuais de aspectos culturais, naturais e de infraestrutura, que provocam substancial relevância na atração turística.

Assim, “[...] um estudo de caso pode não conter uma interpretação completa ou acurada de eventos reais; em vez disso, seu propósito é estabelecer uma estrutura de discussão e debate”. (YIN, 2005, p.20)

A pesquisa foi delimitada na localidade de Ribeirão da Ilha, especificamente na sua freguesia (centro do bairro).

2.2 As relações entre cultura e turismo

O turismo é definido pela Organização Mundial do Turismo OMT como o deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24 horas, com a finalidade de retorno. (FUNARI; PINSKY, 2003, p.7).

Para Beni (1997, *apud* LEMOS, 2005), no campo acadêmico as definições de turismo são diferenciadas conforme o seu vínculo aos níveis técnico, econômico e holístico.

Desse modo, no campo da economia, há a contribuição do autor Hermann Von Shullard (1910, *apud* BENI, 1997; *apud* LEMOS, 2005, p. 56), quando define turismo como “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. Assim, essa definição contempla o turismo receptivo e emissivo.

Outra definição da OMT afirma que o turismo compreende atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros. (CUNHA, 1997, *apud* LEMOS, 2005, p. 55).

Lemos (2005) comenta que “a expressão ‘enquadramento habitual’ foi introduzida na definição de forma a excluir as pessoas que se deslocam rotineiramente de uma cidade para outra por motivo de negócios, trabalho ou estudo.”

Já para Mcintosh (2000, *apud* LEMOS, 2005, p.56), o turismo, em seu conceito econômico, pode ser definido como “a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. Nesse caso, o uso da expressão “atrair” revela que o turismo é algo intencional também das comunidades. Esta definição induz à ideia da existência de um valor, havendo trabalho consciente na elaboração do processo produtivo para se chegar a esse valor. De outro modo, a busca da satisfação dos desejos e não somente das necessidades contribui qualitativamente para a evolução da definição de turismo no campo econômico. Além de não atrelar essas necessidades e desejos à esfera mercantil, no sentido de mercadorias, Mcintosh faz avançar a ideia de que o turismo possui uma esfera de manifestação mais ampla que o mercado. (LEMOS, 2005).

Quanto às definições técnicas de turismo, Beni (1997, *apud* LEMOS, 2005) sustenta que se restringem à distinção entre turistas e viajantes, proposta em 1963 pela ONU - Organização das Nações Unidas. Os primeiros são os que permanecem mais de 24 horas no país visitado e o fazem por motivos como lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências. Por sua vez, os viajantes são os que permanecem menos de 24 horas no país visitado. Mas, segundo Lemos (2005, p. 57), Beni

distingue essas “definições técnicas” dos “conceitos”:

O conceito fornece uma estrutura especulativa, teórica, que identifica as características essenciais e distingue o turismo de outros fenômenos similares, frequentemente relacionados, embora diferentes. As várias definições técnicas de “turista” fornecem conceitos para uma definição geral de aplicação internacional e interna; estas podem muito bem ser integradas na estrutura de definição geral de turismo.

Assim, a definição técnica contempla elementos culturais, esportivos, religiosos, negociais e outras formas de manifestações sociais, sendo, assim, processos produtivos resultantes de interações humanas que muitas vezes não são precificados. (LEMOS, 2005)

Neste contexto, Lage e Milone (2004, p.21) afirmam que o turismo é entendido como “um movimento temporário de pessoas para locais de destinos externos aos seus lugares de trabalho e moradia e que incorpora todas as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino”

Para Fuster (1974, *apud* IGNARRA, 2020, p. 24), “turismo é, de um lado, conjunto de turistas; de outro, os fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens.”

Wahab (1977, *apud* PANOSSO NETO, 2005, p. 60) dá a sua contribuição quando afirma:

O turismo na sua forma atual representa um sistema associado à sociosfera. Isso se deve principalmente à interdependência e à interação entre seus vários componentes, que, visando a uma indústria de turismo mais “saudável”, devem funcionar coerentemente.

Ruschmann (2004, p.3) igualmente comenta que “muitas vezes o turista não se sente intimamente satisfeito apesar do ‘atendimento’ considerado de qualidade que recebeu”. E a conclusão que a eminente professora chega é de que “o contato com o meio natural e com o patrimônio histórico é uma necessidade humana essencial para o homem moderno [...]”.

Nesta direção, cita-se o trabalho realizado pelo consultor e professor de marketing turístico, Josep Chias (2007, p. 22), que percebeu em seus estudos de análise de mercado, encomendado pela *Turespaña*, três categorias de turistas culturais: no primeiro grupo, o de maior número, encontra-se os que ele e sua equipe denominaram de “coleccionadores de conhecimentos”, formados por “pessoas que procuram conhecer novos lugares e cidades, mas sem se aprofundar em demasia em seus conteúdos ou na vida de seus povos”; no segundo grupo encontram-se os “apaixonados pela Espanha”, formado por aqueles que visitam os lugares pela primeira vez e os que voltam todos os anos para participar das “atividades disponíveis que podem realizar no lugar, como visitas, passeios, comidas, bebidas, espetáculos tradicionais, festas, artesanato e um amplo etcetera”; e os do terceiro grupo foram chamados de “aficionados culturais”, composto de “pessoas que já mostravam estar em evolução, indo do fazer coleções até a paixão, aspecto que se evidencia outra vez pela inter- relação com as pessoas do lugar”.

Chias (*op.cit.*, p. 19), define que “o turismo é uma atividade que se consome com um sorriso”. Ou seja, o turismo é alegria, ou, ao menos, deveria evocar alegria. É necessário entender que por trás deste conceito há um claro e amplo enfoque mercadológico.

E Ignarra (2020, p.25) conclui que: “podemos definir turismo como o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante.”

Assim, o mesmo autor (*op.cit.*, p.25) considera que os viajantes são consumidores de serviços turísticos, “quaisquer que sejam suas motivações”.

O turismo é uma atividade que, além dos aspectos econômicos, desenvolve aspectos socioculturais de grande importância. Nele são utilizados processos culturais de muita abrangência e relevância. Mas a relação que se estabelece entre as áreas da cultura e turismo ainda é frágil e tímida em termos de parcerias de atuação e ações integradoras (GANDARA *et al.*, 2006).

Na mesma linha, os bens culturais podem servir de importantes elementos de atração turística e de conscientização social. Neste sentido, o folclore, por sua vez, “pode ser considerado como a expressão cultural mais legítima de um povo, já que sua alma expressa em forma figurada em mil histórias e rituais que, além de encantarem o turista, permitem que se trave contato direto com as muitas manifestações de identidade” (FUNAR; PINSKY, 2003, p. 10).

Para os mesmos autores (*op.cit.*, p.10), “o turismo cultural é destinado a enriquecer a informação e o conhecimento de outros costumes e a satisfazer necessidades de distração”. Isto inclui os recursos histórico-culturais, como monumentos, instituições culturais de estudo, pesquisa, folclore, música, dança, museus, que se tornam atrativos à localidade.

Portanto, a cultura é um fator essencial da prática e da reflexão sobre o turismo e o patrimônio cultural está presente em toda parte, não para ser simplesmente consumido pelo turista, mas para servir-lhe de elemento de reflexão. Desse modo, fazendo que o turista não volte para casa apenas com o corpo bronzeado, mas com a cabeça cheia de lembranças que o façam refletir sobre sua vida e sobre a sociedade. (FUNAR; PINSKY, 2003, p.10).

Isto é, a interação com as comunidades e grupos sociais visitados é imprescindível, tanto para o usufruto do passeio como para o crescimento do cidadão.

Assim, a cultura não deixa de ser “a correspondente central dos deslocamentos” (FUNAR; PINSKY, *op.cit.*, p.11) e, igualmente, importante instrumento de conscientização social. “O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica.”

Em 2003, registra-se a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, na qual são produzidas novas modificações na nomenclatura patrimonial. Nela

a denominação adotada em 1989 de cultura tradicional e popular foi substituída pela de *patrimônio imaterial*. Neste documento explicita-se, conforme Rotman e Castells (*op. cit.*, p. 73), a definição de patrimônio imaterial como “os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes – que a comuns idades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte de seu patrimônio cultural”.

Vale ressaltar, no entanto, que o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) adianta-se em relação ao enfoque dado nesta Convenção, uma vez que já em 1998 cria um “Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial”, que define os seguintes bens culturais que devem assim ser considerados (ARANTES, 2000, p. 23):

1. Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas;
4. Espaços em que se produzem as práticas culturais.

2.3 O turismo na lógica do desenvolvimento sustentável

Nos dias atuais, é inegável a importância do turismo na economia mundial e sua notável expansão, mas a isso se pode agregar um novo fenômeno: a experiência acumulada dos turistas nas viagens e uma crescente sensibilidade destes para alcançar um equilíbrio entre o crescimento da atividade turística e a conservação do meio ambiente, assim como dos valores socioculturais que caracterizam os destinos turísticos. Conseqüentemente, houve uma ampliação da percepção dos elementos que integram o produto turístico. Agora existe uma “perspectiva holística da oferta”, que já não é mais constituída apenas pelos serviços de hospedagem, transportes e alimentação, mas também pela qualidade territorial, sociocultural e ambiental do destino turístico (VIGNATI, 2020, p. 69 e 70).

Dessa forma, para o mesmo autor, evidencia-se a maturidade da demanda e da própria indústria do turismo. Mas eles não são fatos isolados nem exclusivos e sim fazem parte de um contexto de conscientização e transformação social maior: a lógica do desenvolvimento sustentável.

Como se percebe na definição anterior, a inclusão do termo sustentável agrega a responsabilidade de se pensar nas conseqüências que terão o impacto das decisões e hábitos de consumo da humanidade, bem como despertar a preocupação com a qualidade de vida das próximas gerações.

Entretanto, o autor (*op.cit.*, p.69) acrescenta que para algumas pessoas, o conceito de desenvolvimento sustentável, da maneira como é apresentado, “estaria simplificando a complexidade dos sistemas vivos e a diversidade cultural numa proposta em que o elemento natureza é integrado à retórica do discurso capitalista”. E o autor complementa

dizendo que “essa é uma opinião respeitável e compartilhada por muitas pessoas”.

Muito embora Vignati (2008, p.41) reflita que:

o desenvolvimento sustentável não é apenas um conceito; está amparado por instrumentos e estudos técnicos” o autor acredita que “talvez seja na prática que o conceito possa se aperfeiçoar progressivamente, caso necessário.

Desse modo, o desenvolvimento sustentável representa uma orientação necessária para o desenvolvimento, portanto muito mais do que uma questão ideológica ou política. Em realidade, a sociedade está sendo desafiada a assumir um papel mais participativo na vida política, com o fortalecimento do espírito cívico e com a formação do conhecimento derivada da experiência, por associação de ideias, bem como da maior participação das pessoas na vida política da comunidade (*op.cit.*).

Para Vignati (2008, p. 44) o turismo sustentável é uma estratégia que pode permitir ao destino turístico alcançar benefícios concretos, tais como:

- Melhorar a competitividade;
- Ampliar e manter a satisfação dos turistas;
- Ampliar e manter a geração de renda e o emprego na localidade; e
- Valorizar as riquezas culturais, ambientais e os saberes tradicionais.

O mesmo autor ensina que junto aos interesses econômicos foram acrescentados outros valores, quais sejam: a sustentabilidade social, ambiental, cultural e política.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade econômica “resulta da eficiência e eficácia das atividades produtivas [permitindo, assim,] que se produzam retornos econômicos maiores do que os custos de produção”. (Vignati, 2020, p.76).

Já a sustentabilidade social refere-se à necessidade de que sejam asseguradas condições de saúde e educação básica, “de modo que garanta a inclusão social da população local nos processos de desenvolvimento socioeconômico”.

Contudo, a sustentabilidade ambiental “traduz-se no compromisso de legar às próximas gerações um meio ambiente igual ou melhor do que o recebido das gerações anteriores”.

Numa perspectiva semelhante, a sustentabilidade cultural “ressalta o compromisso, de cada geração, em manter e enriquecer o legado cultural das gerações passadas, acrescentando-lhe contribuições de seu próprio tempo”.

E a sustentabilidade política “é entendida como a manutenção das políticas em horizontes temporais, que extrapolem o curto prazo dos mandatos políticos. Para sua viabilização, propõe-se que as políticas públicas sejam formuladas e controladas com a participação da sociedade civil”.

Com a já descrita experiência acumulada dos turistas nas viagens e sua crescente sensibilidade para alcançar um equilíbrio entre o crescimento da atividade turística e a

conservação do meio ambiente, assim como dos valores socioculturais que caracterizam os destinos turísticos, evidencia-se uma mudança na demanda e com isso igualmente uma necessidade na forma de administrar os destinos turísticos. Para ilustrar este pensamento, a quadro n.º 1 representa, através de uma comparação, os indicadores de medição do sucesso de um destino turístico nos séculos XX e XXI.

Indicadores do século XX	Indicadores do século XXI
<p style="text-align: center;">Tradicional</p> <p>Número de turistas</p> <p>Receitas geradas</p> <p>Satisfação do turista</p>	<p style="text-align: center;">Sustentável</p> <p>Número de turistas</p> <p>Receitas geradas</p> <p>Satisfação do turista</p>
<p style="text-align: center;">Ignora</p> <p>Vazamento de receitas</p> <p>Custos Públicos</p> <p>Depreciação do patrimônio ambiental e cultural</p> <p>Satisfação da população</p>	<p>Lucro retido no destino turístico</p> <p>Patrimônio ambiental conservado</p> <p>Patrimônio cultural conservado</p>

Quadro 1 - Como medir o sucesso de um destino turístico.

Fonte: Adaptado do Instituto de Hospitalidade, *apud* Viganti, (2020, p. 72)

Certo é também que a conservação dos valores ambientais ganhou importância porque “o excesso da oferta está levando todos os destinos turísticos a uma corrida global pelo posicionamento diferenciado no mercado” (VIGNATI, 2020, p. 72).

Assim, valoriza-se a qualidade dos recursos ambientais e os valores socioculturais do destino na construção da estratégia de posicionamento diferenciado. E quanto maior a qualidade dos recursos locais, melhor a capacidade de atrair turistas para o destino e, igualmente, maiores poderão ser as margens de rentabilidade para as empresas locais. Esta estratégia pode gerar um ciclo virtuoso, que será apresentado a seguir na figura 1.

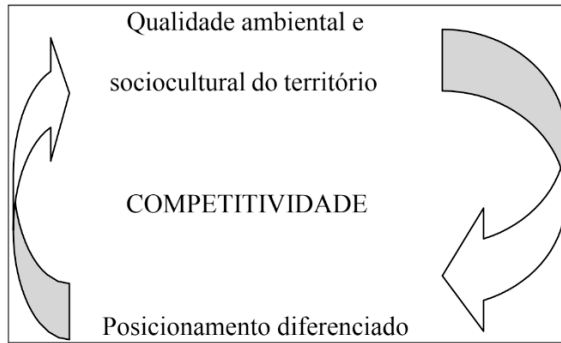


Figura 1: Ciclo virtuoso do turismo sustentável

Fonte: Adaptado de MERCOTUR, 2007, *apud* Vignati, (2020, p.72)

Desse modo, com políticas e métodos de gestão mais eficazes, será possível a promoção de diretrizes que visem uma inter-relação entre a cultura e o turismo e o desenvolvimento sustentável dos locais turísticos.

Como visto, pode-se perceber que o turismo sustentável não se reduz unicamente a orientações éticas. É necessário igualmente fazer uso de instrumentos técnicos e de capacidade de gestão.

Todavia, os gestores não podem excluir do conceito de sustentabilidade os aspectos econômicos e políticos, incorrendo no erro de delimitá-la apenas a aspectos ambientais, sociais e culturais. Portanto, o desafio para os profissionais encontra-se na capacidade de gerenciar os impactos do turismo, procurando ampliar o crescimento econômico, garantir a equidade social e equilibrar a utilização dos recursos ambientais e culturais do território (*op. cit.*, p.46).

Além de tudo, é necessário contar com instrumentos que permitam controlar o desempenho dos destinos turísticos, aos quais o autor (*op.cit.*) se refere como sendo Indicadores de Turismo Sustentável. Em realidade, eles correspondem a um instrumento básico para a gestão do turismo sustentável e têm um papel essencial no desafio de tornar operativo o paradigma da sustentabilidade, além de reforçar os eixos básicos do desenvolvimento sustentável, como a gestão estratégica, a perspectiva integral do território e a profissionalização dos gestores.

Assim, pode-se citar, como alguns dos indicadores mais utilizados em projetos de turismo sustentável, os a seguir descritos:

1. A capacidade de carga social que revela o grau máximo de suporte da população e da cultura local diante do impacto do turismo. Ele pretende sinalizar o equilíbrio entre a fusão cultural da população local e os turistas, evitando, dessa forma, a perda da identidade local e garantindo a satisfação dos residentes para com o fenômeno do turismo.
2. A capacidade de carga ambiental permite tomar decisões mais consistentes sobre como utilizar os recursos naturais, controlar os fluxos turísticos e quais as

características da infraestrutura pública e privada que poderão ser instaladas em determinado território. Ele também tem a capacidade de revelar índices de ecoeficiência que servem para monitorar a capacidade de renovação dos ecossistemas.

3. A capacidade de carga das estruturas revela a quantidade máxima de pessoas que pode utilizar simultaneamente equipamentos turísticos e outras estruturas públicas ou privadas, como praças públicas, discotecas, polos esportivos e museus.

4. A capacidade de carga do turista apoia o processo decisório e o planejamento turístico, na medida em que determina o limite de sociabilidade do turista diante da quantidade de pessoas que visitam simultaneamente um mesmo destino turístico. Ele tem por objetivo poder oferecer, aos turistas, serviços e infraestrutura correspondentes à sua percepção de qualidade (VIGNATI, 2020, p. 79, 80 e 81).

Desse modo, observa-se na figura n.º 2 a seguir, o que Ivars *et al.* (2001, *apud* VIGNATI, 2020, p. 82) propõe como um novo conceito para o turismo sustentável, numa definição que pretende ser operativa e útil para o planejamento e gestão de destinos turísticos porque

[...] identifica o turismo sustentável como um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política, que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento baseado no equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural, cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento.

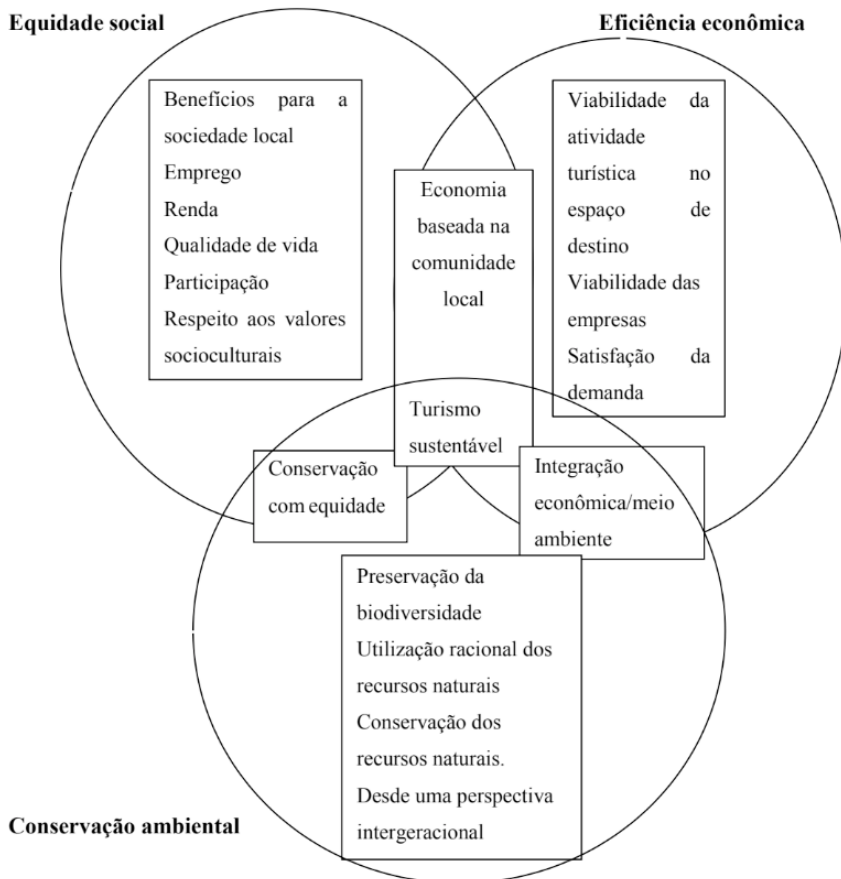


Figura 2 - Cooperação intersetorial para o desenvolvimento do turismo sustentável

Fonte: Readaptado de Ivars *et al.*, 2001 *apud* VIGNATI, 2020, p. 82

Portanto, os atores responsáveis pelo desenvolvimento do turismo sustentável terão que estar alinhados pelo equilíbrio da coesão econômica, social, cultural, ambiental e política, com visão de longo prazo, numa aliança entre estado, sociedade civil e iniciativa privada.

2.4 Aspectos gerais do ribeirão da ilha

2.4.1 A origem do Ribeirão da Ilha

A história registra que os primeiros navegadores, sendo eles portugueses e, principalmente, espanhóis aportaram em Ribeirão a partir de 1506. Mas foi em 1760, com a colonização açoriana estabelecida, que a Vila é erguida oficialmente (PEREIRA *et al.*, 1990, p. 50-52).

Já o povo, através da tradição oral e ainda viva (“o povo aumenta, mas não inventa”) entende que a Freguesia surgiu, sob a designação de Nossa Senhora da Lapa, quando, em 1760, Manoel de Vargas Rodrigues chegava à localidade de Simplício (hoje Barro Vermelho) e trazia consigo uma pequena imagem milagrosa da Nossa Senhora da Lapa e para abrigá-la e colocá-la à veneração popular, fez construir uma pequena capela que dista aproximadamente 1.500 metros da atual matriz. (PEREIRA *et al.*, 1990, p. 21).

Anteriormente a esta data, mais precisamente em 1526, Ribeirão da Ilha nascia por conta de um navegador veneziano de nome Cabotto, contratado pela coroa espanhola, que iria em direção às Ilhas Molucas, no Oceano Pacífico, mas passaria pelo Estreito de Magalhães, “cortando o Oceano Atlântico, devendo, por isso, necessariamente passar pelo Rio da Prata, já de domínio espanhol, e ter aportado antes no porto dos Patos, Ilha de Santa Catarina, chegando à mesma em 19 de outubro de 1526”. (PEREIRA *et al.*, 1990, p.50)

Cabotto acabou por naufragar a sua embarcação quando queria entrar no porto para construir uma galeota a fim de explorar o rio que os naufragos de Solis, que já residiam no Ribeirão, quando o foram recepcionar, haviam lhe confirmado ser estonteante. Dessa maneira, os outros navios da expedição acabaram atracando na mesma localidade (Ribeirão da Ilha) enquanto a nova embarcação, de pouco calado, era construída. (PEREIRA *et al.*, 1990, p. 50- 51).

O veneziano havia perdido todo o carregamento que havia na embarcação quando naufragou e, então, “mandou fazer um acampamento em terra, onde foram levantados uma igreja, casa de pólvora, vários paióis e dispensas, e um local para a construção da galeota”. (PEREIRA *et al.*, 1990, p.51)

Assim, nascia a localidade de Ribeirão e que, por esses fatos, acabou por tornar-se o “povoado mais antigo da Ilha de Santa Catarina, tendo por local o Porto do Ribeirão e que hoje recebe o nome de Canto do Candonga, o mesmo local que teve anexo o Porto do Contrato ou Cadete”. (PEREIRA *et al.*, 1990, p.50-52).

Em 1809 a localidade foi elevada a Freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Lapa, no entanto, foi a partir de 1840, no reinado de Dom Pedro II, que passou à categoria de Vila (PEREIRA *et al.*, 1990, p.21).

A má conservação e a carência das vias de acesso foram um dos fortes argumentos para tornar o Ribeirão (Nossa Senhora da Lapa) uma freguesia (sede), porque isso dificultava a assistência espiritual da Paróquia da Freguesia do Desterro à população do distrito. (FARIAS, 1998).

Em 1845 um visitante ilustre esteve no Ribeirão da Ilha. Tratava-se de Dom Pedro II, que naquele ano, em outubro, conheceu a Vila.

Curiosamente, foi só a partir de 1946 que a Vila de Nossa Senhora da Lapa passou oficialmente a denominar-se Ribeirão da Ilha como atualmente é conhecida. Acredita-se que o atual nome seria em tributo a um riacho existente na região que também leva o nome

de Ribeirão. (FARIAS, 1998).

2.4.2 Aspectos econômicos e turísticos do Ribeirão da Ilha

Sob o contexto econômico, o cultivo de ostras e mariscos é encarado como uma das principais atividades do bairro e está em plena expansão e desenvolvimento no Ribeirão da Ilha. (SEBRAE, 2007, *apud* CAPELLINI, 2008).

Com uma série de atrativos culturais, naturais e gastronômicos, o turismo vem sendo explorado na região do Ribeirão da Ilha. Muitos de seus habitantes estão inseridos na atividade, sendo eles donos de bares, restaurantes, estacionamentos, embarcações, entre outros. Porém, a região ainda carece de melhorias na infraestrutura e no planejamento para que o turismo possa se desenvolver de maneira sustentável e possa também inserir a comunidade na atividade. (CAPELLINI *et al.*, 2008, p.31-32).

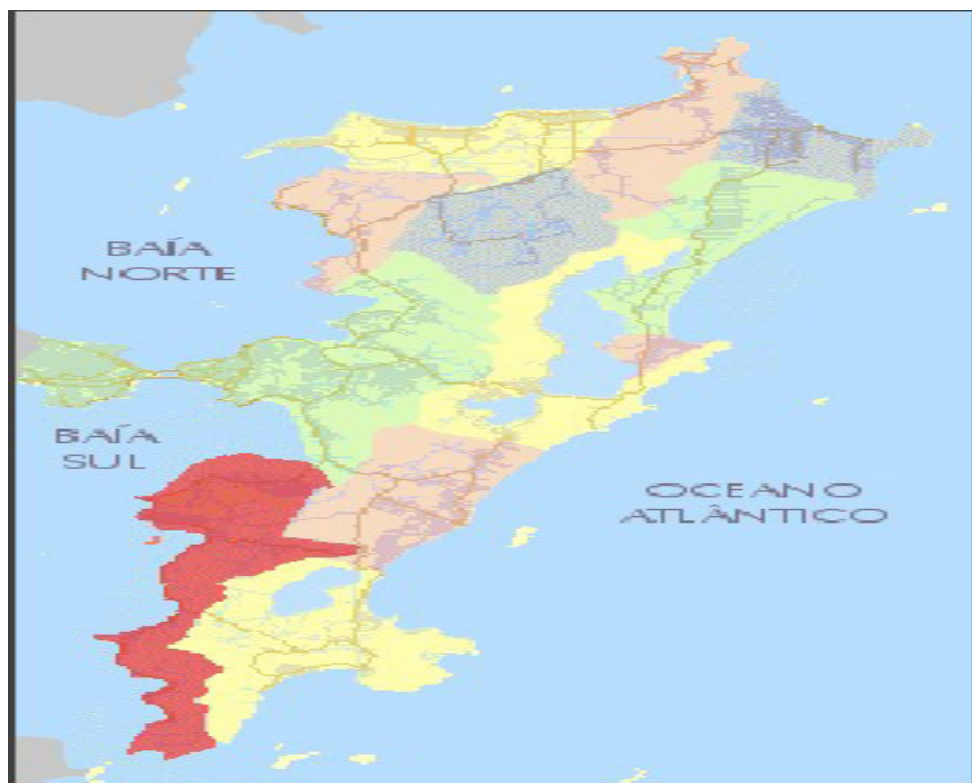


Figura 3 - Mapa da Ilha de Santa Catarina e em destaque o distrito do Ribeirão da Ilha

Fonte: GEO GUIA, 2008, *apud* Capellini *et al.*, 2008.



Figura 4 - Região central do Ribeirão da Ilha

Fonte: Google Earth, 2008, apud CAPELLINI *et al.*, 2008.



Figura 5 - Freguesia do Ribeirão da Ilha: Igreja Nossa Senhora da Lapa e a fachada de uma das casas que compõem o conjunto histórico desta localidade.

Fonte: Hitaka, (2008), apud Capellini, (2008)

2.4.3 Compilação das entrevistas com os moradores do Ribeirão da Ilha

Foram entrevistados alguns moradores da freguesia do Ribeirão da Ilha, aos quais, para efeito desta pesquisa, denominou-se de morador 1, morador 2, morador 3, morador 4, morador 5 e morador 6. Portanto, a seguir estarão compilados os principais pensamentos

dessa população em relação às políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, que foram extraídas de suas respostas às perguntas formuladas nas entrevistas.

Assim, quanto ao conhecimento das políticas públicas para o turismo e cultura, todos os moradores entrevistados, no total de seis, as desconheciam, evidenciando a falta de comunicação e de alcance das políticas públicas existentes nestas áreas.

Já quanto à participação nas decisões da vida comunitária, a maioria queixa-se de haver falta de organização da comunidade e alguns reclamam de falta de interesse e participação comunitária.

Para a moradora de nº 1 do Ribeirão da Ilha, “há êxodo de paroquianos e membros da comunidade para outros locais por falta de oportunidades de desenvolvimento no bairro”. A mesma moradora não sabe quem deve auxiliar o bairro a manter e valorizar a cultura: se o poder municipal, estadual ou federal. Mas acredita que a Prefeitura Municipal de Florianópolis deveria estar mais próxima dos anseios e necessidades da comunidade do Ribeirão. Para ela, “a Prefeitura só ajuda na semana santa e, ainda, de forma pequena”. Ao mesmo tempo ela critica a falta de projetos para o turismo e a cultura do Ribeirão da Ilha e a pouca participação comunitária.

A moradora de nº 2 complementa dizendo que não sabem dizer por que a população não valoriza a cultura local e as tradições como antigamente. Para ela, falta aula de educação para preservar o legado cultural e a religiosidade.

Para ambas, moradoras 1 e 2, “os jovens estão muito desestimulados e boa parte só quer se drogar”. Faltam incentivos a eles e oportunidades de trabalho no próprio bairro.

A moradora de nº 4 acredita que falta divulgar o artesanato local no próprio bairro e que as belezas naturais do Ribeirão têm que ser mais bem preservadas. Há falta de integração local para reivindicar melhores condições dos poderes públicos e, para a mesma moradora, o governo federal é o poder que deveria ter mais políticas públicas para o turismo e a cultura. Ela complementa afirmando que a Prefeitura de Florianópolis não tem projetos para a comunidade e que acredita ser o turismo uma oportunidade maravilhosa para o local, além de já ter sugerido para que a igreja Nossa Senhora da Lapa fique aberta em sábados e domingos para a visitação dos turistas.

Já o morador de nº 5 acredita que “as pessoas estão sem tempo e, em consequência, o Conselho Comunitário está parado”. “Falta tempo para se dedicar ao Conselho” Para ele, falta um posto de informações turísticas no bairro para dizer aos visitantes quais os atrativos do Ribeirão. “Há pouca informação turística”. Igualmente, o mesmo morador aponta a falta de organização cultural para organizar a capacitação dos moradores na aprendizagem da cultura do local. Ele cita como positivo para os moradores locais se dedicarem no aprendizado da maricultura, e diz que a expectativa da juventude local é a criação de uma faculdade de maricultura e aquicultura na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, assim como o estabelecimento de um campus para uma faculdade de turismo. Igualmente, ele aponta a falta de projetos para as crianças valorizarem as

tradições e mantê-las, assim como cita as aulas de histórias como oportunidade para as crianças aprenderem e os adultos da terceira idade reviverem os costumes e tradições. Como sugestão para incrementar o turismo local, ele cita a criação de pousadas em maior número para abrigar os turistas que se interessarem em ficar alguns dias visitando as belezas do Ribeirão da Ilha.

E, por fim, o morador de nº 6 acredita que falta políticas públicas para incentivar o turismo e a cultura, além de falta de um currículo escolar que privilegie a cultura açoriana para as crianças residentes e estudantes do bairro, porque “só valoriza a cultura quem a conhece”. Para o mesmo morador, “a maricultura tentará evidenciar a questão cultura do local”. E “é necessário associar o folclore e a cultura ao artesanato” e precisa-se também “fazer um grande trabalho para preservar o patrimônio arquitetônico”.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 Abrangência da sustentabilidade

Desde a 9ª Reunião do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, realizado em Florianópolis no ano de 2009, já se admitia que cada vez mais a ideia de sustentabilidade não pode ficar restrita ao meio ambiente. E o turismo, assim como outras indústrias, também precisa adaptar-se a esses novos conceitos de sustentabilidade. Neste sentido, o jornalista Moacir Pereira (2009, p.3), corrobora com a ideia da importância e abrangência da sustentabilidade quando comentou em sua coluna diária, do dia 17 de maio de 2009, sob o título “Mudando para crescer”, que naquela mesma Reunião do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, ocorrido em Florianópolis entre os dias 15 e 16 de maio de 2009, o assunto mais debatido dos painéis foi sobre a execução de políticas de turismo sustentável, acrescentando que elas são fundamentais para o desenvolvimento das comunidades. Ele acrescenta que “conceitos muito mais amplos do que os já conhecidos foram defendidos por empresários de grandes cadeias hoteleiras, operadores globais e executivos de multinacionais.” Dentre os painéis apresentados, conforme Pereira (op.cit.), “um deles mostrou claramente que os projetos turísticos precisam levar em conta os fatores sociais e políticos, que até então eram desprezados”. Assim, a implantação de um hotel num país emergente ou pobre, por exemplo, deve considerar, em primeiro lugar, as circunstâncias comunitárias. Não basta apenas aprovar o projeto e construir a nova unidade, quaisquer que sejam suas características.

É preciso ouvir a comunidade, promover a educação, viabilizar treinamento para que os serviços tenham qualidade e todas as famílias que vivem no entorno sejam beneficiárias do novo negócio que ali se estabelece. Fatores não considerados quando da construção de um novo hotel num país rico, cujas comunidades já possuem escolarização e melhor nível de vida (op. cit.).

3.2 Análise da sustentabilidade do local

Finalizando a pesquisa, analisa-se a sustentabilidade turística no Ribeirão da Ilha à luz do modelo ensinado por Vignati (2020), a saber:

Sustentabilidade econômica: em alguns setores está sendo desenvolvida, como na maricultura. Nesta indústria, formou-se uma cadeia virtuosa, em que os restaurantes fazem o papel de varejistas, comercializando a iguaria, além de ajudar a divulgá-la e a testar novos processos de preparo. E quanto maior o sucesso, mais contratações de serviços. Mas em outros setores que fazem parte do contexto turístico, poucos ainda conseguem viver deste mercado. Os próprios restaurantes, pouco contratam serviços de mão-de-obra local, preferindo contratá-la proveniente de outros locais. Isso evidencia a falta de mão-de-obra especializada e de treinamento para criar oportunidades para os habitantes fixos do Ribeirão, assim como falta também uma comunicação mais dirigida das políticas de incentivo, como financiamentos a juros subsidiados, oferecidas pelo poder público, no sentido de provocar o empreendedorismo, evitando-se o êxodo destes para outros locais.

Sustentabilidade social: há escolas básicas e segurança relativa, existindo uma delegacia de polícia. A mobilidade é precária, tendo poucos horários oferecidos e inexistindo opções de transporte como o de coletivos para executivos. Há um posto de saúde também, mas para casos mais graves recorre-se aos hospitais do centro da cidade. Quanto ao nível de tolerância aos turistas, ela é ainda bem equilibrada, mas quando a avenida que corta o bairro fica congestionada em virtude de ali se localizarem os principais restaurantes que atraem os turistas que visitam Florianópolis por sua gastronomia típica do mar, principalmente por suas ostras, ou o congestionamento se dá por outro motivo, como quando há alguma apresentação cultural na praça central, este mesmo morador sente-se prejudicado na sua mobilidade urbana. Portanto, faltam obras de infraestrutura para favorecer os locais, principalmente vias alternativas de mobilidade. Outra questão a ser questionada é a mobilidade social, ou seja, poucas pessoas do bairro conseguem ascender socialmente, o que provoca o êxodo, principalmente dos mais jovens que saem em busca de outras oportunidades.

Sustentabilidade ambiental: atualmente a localidade já possui tratamento de esgoto, mas ainda existem moradores que não fizeram a ligação ao sistema público. E a própria maricultura pode ameaçar o meio ambiente, deixando as praias degradadas com o transcorrer do tempo. Já o recolhimento de lixo funciona normalmente no bairro. O maior risco é o crescimento populacional desenfreado, como o de bairros vizinhos, como o de Tapera, o que poderá degradar o meio ambiente em virtude da ocupação clandestina e deixar a paisagem menos bonita.

Sustentabilidade cultural: existe tombamento de aproximadamente 20 casas, formando um sítio ou área na Freguesia. Além disso, está tombada também a Igreja Nossa Senhora da Lapa. De um modo geral, a população mais jovem não é conscientizada

do patrimônio cultural, material e imaterial por lá existente. Falta uma política cultural-educacional específica para o local, levando às escolas do Ribeirão o legado cultural deixado pelos antepassados e, ao mesmo tempo, valorizando-o e conscientizando os jovens da importância em mantê-lo e enriquecê-lo para as futuras gerações. Necessita-se conscientizar a população das vantagens que o turismo cultural ocasiona para ela, mas educá-la, igualmente, de como aproveitar esta oportunidade, assim como oferecer condições favoráveis aos habitantes fixos do lugar para aproveitá-la.

Sustentabilidade política: aproveitando as reuniões comunitárias, a sugestão é no sentido que ali fosse criado um fórum permanente do turismo cultural de Ribeirão (Freguesia) e das prioridades apontadas pela população presente fossem criados projetos turístico- culturais e outros originados por ela mesma. Em contrapartida, as esferas estatais dariam prioridade a estes projetos. Isto faria com que a população não dependesse mais da mudança de política de administrações e conseqüentemente de gestores e sim de suas própria decisões.

Sustentabilidade do turista: de um modo geral é boa a satisfação dos turistas que visitam o Ribeirão, haja vista o movimento constante dos restaurantes mais sofisticados, mas o turista, em virtude da grande oferta, de um modo geral está perdendo a tolerância com a falta de infraestrutura dos destinos turísticos, como o Ribeirão. De outra parte, a localidade não pode ficar dependendo somente de bons restaurantes para sobreviver como destino turístico. É claro que eles desempenham um papel, entre outros, de chamariz, mas é necessário criar outros atrativos para manter os turistas por mais tempo e gerar renda para todos os empreendimentos turísticos do lugar.

Dessa maneira, para promover o turismo socialmente sustentável, no caso de Ribeirão da Ilha, será necessário, entre outras atitudes, que o poder público representado pelo estado, conjuntamente com a sociedade civil e o setor privado ligado ao turismo, envolver mais fortemente a comunidade local nas decisões que são diretamente ligadas ao bairro, assim como melhorar a infraestrutura, promover uma educação que valorize os saberes e fazeres dos antigos e dos atuais moradores, integrar a cultura local com o turismo para um melhor e mais duradouro desenvolvimento do turismo, qualificar os residentes do bairro para os serviços turísticos e desenvolver novos atrativos para manter o turista por mais tempo no bairro, conseqüentemente gerando mais renda à comunidade local e retorno, em forma de impostos, aos investimentos do governo.

Portanto, é necessário que a conservação ambiental a equidade social e a eficiência econômica estejam alinhadas para o desenvolvimento do turismo sustentável, gerando coesão econômica, social, cultural, ambiental e política com uma visão de longo prazo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. Introdução. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

CHÍAS, Josep. **Turismo o negócio da felicidade**: desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades. Senac, 2007.

CAPPELINI, Carlos *et. al.* **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Ribeirão da Ilha**. Florianópolis: ASSESC, 2008.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional**: uma viagem no tempo: povoamento, cultura, Açores e litoral catarinense. Florianópolis: Do Autor, 1998.

FUNAR, Pedro Paulo; PINSKY, Jayme. Introdução. In: **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003, 123 p.

FUNAR, Pedro Paulo; PINSKY, Jayme. Introdução. In: **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003, 123 p

GANDARA, José Manoel Gonçalves; CAMPOS, Carolina Juliani de; CAMARGO, Laura Alice Rinaldi; BRUNELLI, Luís Henrique. Viabilizando a relação entre a cultura e o turismo: diretrizes para o estabelecimento de políticas integradas entre os dois setores. **Revista Turismo Visão e Ação**. Universidade do Vale do Itajaí, v. 8, n.º 1, jan./abr. 2006, p. 129-140.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. Editora **Senac Rio**, 2020.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo na Economia**. São Paulo: Aleph, 2004.

LEMONS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETO, Alexandre. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PERALTA, Elsa. **O mar por tradição**: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. Lisboa/Portugal: Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<http://www.revistahorizontes@yahoo.com.br>>. Acessado em: 25 jul. 2008.

PEREIRA, Moacir. Mudando para crescer. **Jornal Diário Catarinense**. 17 maio 2009. p.3.

PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale; SILVA NETO, Waldemar Joaquim da. **Ribeirão da Ilha - Vida e Retratos**: Um distrito em destaque. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: O patrimônio histórico e o turismo. In: FUNAR, Pedro Paulo, PINSKY, Jayme (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003, 123 p.

ROTMAN, Monica; CASTELLS, Alicia N.G. de. Patrimônio e Cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel F.;

BELTRÃO, Jane F.; ECKERT, Cornelia (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene, SOLHA, Karina Toledo. **Turismo**: uma visão empreendedora. Bauru/SP: Manole, 2004.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina a Ilha**. Florianópolis: IOESC, 1984.

VIGNATI, Federico. Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países. Editora Senac Rio, 2008.

_____. Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países. Editora Senac Rio, 2020.

WARNIER, Jean-Pierre. **A Mundialização da Cultura**. Tradução Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

YIN, Robert K. Estudo de Caso-: Planejamento e métodos. **Bookman editora**, 2015.

A

Administração 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 34, 35, 36, 42, 44, 45, 47, 51, 53, 59, 60, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 108, 109, 111, 113, 117, 130, 136, 137, 178, 179

Avaliação 32, 38, 39, 42, 45, 47, 54, 58, 61, 81, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 125, 179

B

BNCC 132, 133, 136

Brasil 2, 3, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 25, 35, 36, 48, 51, 52, 66, 67, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 107, 108, 109, 124, 129, 132, 134, 136, 156, 173, 177

C

Cadeia de valor 111, 112

Cidadão 4, 29, 106, 142, 170, 172, 173, 177

Colaboradores 116, 122, 124, 125, 126, 127, 128

Competências 28, 29, 40, 41, 44, 56, 61, 66, 108, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135

Comportamento 130, 131, 133, 134, 135, 136

Constituição 1, 7, 9, 25, 172, 175, 177

Corrupção 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

Covid-19 11, 12, 14, 15, 19, 20, 21, 31, 71, 72, 84, 130, 131, 134

Cultura 10, 19, 37, 65, 90, 93, 98, 116, 122, 131, 133, 135, 137, 139, 140, 142, 143, 146, 152, 153, 155, 156, 157, 168

Custos 4, 42, 53, 59, 60, 62, 83, 84, 111, 112, 113, 114, 121, 144, 145

D

Desenvolvimento sustentável 143, 144, 146, 156

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 78, 95, 96, 98, 105, 106, 107, 108, 109, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

E

Educação 6, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 57, 79, 85, 110, 130, 131, 132, 136, 144, 152, 153, 155, 179

Empreendedor 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Empresas 32, 34, 35, 38, 41, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 75, 78, 79, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 111, 116,

117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 145, 179

ERP 113, 114, 115, 116

Escola 12, 15, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 130, 133, 134, 179

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 16, 20, 25, 42, 67, 68, 82, 93, 100, 107, 113, 137, 148, 155, 171, 174, 175, 177

Estratégia 13, 28, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 115, 117, 119, 121, 125, 144, 145, 179

Executivo 2, 5, 7, 42, 68

F

Ferramentas 4, 34, 35, 42, 46, 47, 55, 56, 61, 63, 70, 110, 119, 120, 124, 129, 130, 134, 135

G

Gestão 11, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 77, 78, 79, 83, 84, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 109, 110, 111, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 137, 146, 147, 157, 177, 179

Gestor 23, 25, 30, 66, 102, 103, 104, 118, 124

H

Habitação 92, 94, 95, 103, 109, 174

J

Judiciário 2, 7, 78

L

Legalidade 6, 8

Legislação 42, 44, 45, 47, 59, 65, 84, 111, 170, 172, 175, 177

Legislativo 2, 42, 78

Lei 1, 3, 6, 7, 25, 44, 45, 66, 108, 171, 175, 176, 177

Liderança 98, 102, 104, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

M

Mercado 3, 37, 38, 45, 51, 56, 74, 82, 84, 88, 111, 113, 118, 121, 122, 124, 125, 128, 134, 138, 140, 141, 145, 154, 177

N

Negócios 33, 41, 43, 54, 55, 64, 110, 111, 112, 114, 122, 131, 132, 136, 138,

140, 173, 174

O

Oportunidades 61, 110, 114, 129, 131, 134, 152, 154

Organização 13, 17, 19, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 33, 36, 37, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 71, 79, 91, 95, 98, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122, 125, 133, 134, 140, 152, 171, 175

P

Pandemia 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 130, 131, 134

Participação 5, 7, 9, 13, 15, 23, 25, 27, 28, 30, 44, 45, 46, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 64, 69, 81, 86, 92, 93, 94, 96, 98, 102, 104, 106, 107, 125, 144, 147, 152, 174

Performance 35, 36, 39, 40, 47, 58, 64, 66, 69, 89, 91, 92, 99, 106, 112, 114, 123, 164, 166

Periódicos 71, 73, 75, 76, 77, 84, 85

Planejamento 5, 25, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 70, 92, 93, 94, 95, 99, 106, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 125, 147, 150, 157

Poder 2, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 25, 30, 33, 42, 74, 83, 96, 98, 133, 134, 135, 138, 147, 152, 154, 155, 171

Política 6, 7, 9, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 43, 44, 45, 47, 59, 60, 64, 73, 74, 78, 84, 86, 87, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 121, 144, 147, 148, 155, 179

Potencialidades 15, 68, 110, 134, 137, 139

Privado 4, 27, 34, 42, 60, 69, 74, 94, 155, 170, 171, 172, 174, 177, 178

Produtividade 28, 31, 38, 45, 54, 111, 115, 118, 123, 126

Projeto 15, 22, 23, 25, 27, 55, 57, 67, 93, 99, 100, 108, 109, 110, 112, 113, 132, 133, 153, 177

Público 3, 4, 6, 10, 11, 13, 16, 20, 27, 34, 42, 43, 44, 58, 59, 66, 67, 69, 74, 75, 78, 83, 85, 86, 90, 91, 93, 110, 115, 154, 155, 171, 174, 178

R

Resultados 2, 4, 5, 6, 11, 15, 16, 19, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 52, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 78, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 118, 123, 125, 130, 135, 137, 139, 172

Revisão sistemática 71, 72, 75, 77, 78, 82, 83, 84

RH 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 129

S

Saúde 5, 6, 11, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 31, 79, 83, 84, 85, 98, 140, 144, 154

Serviço público 3, 4, 6, 66, 69, 86, 90

Sociedade 1, 2, 3, 7, 8, 11, 13, 14, 18, 27, 72, 78, 80, 82, 85, 87, 93, 130, 131, 137, 142, 144, 148, 155, 170, 171, 172, 173, 177, 179

Sustentabilidade 98, 105, 107, 137, 138, 139, 144, 146, 153, 154, 155, 156

T

Técnicas 10, 41, 49, 63, 65, 83, 110, 112, 115, 123, 129, 135, 140, 141, 143, 177

Trabalho 2, 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 45, 48, 51, 62, 64, 65, 66, 73, 77, 79, 82, 84, 85, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 143, 152, 153, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178

Turismo 75, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 155, 156, 157

ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

